

## DE PIRES NA MÃO



Divulgação: Fiocruz

## > Há três meses, programa “Cientista do Nosso Estado” não repassa recursos aos laboratórios. É mais um fator da crise da pesquisa no Rio

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

**A** bolsa “Cientista do Nosso Estado”, importante fonte de apoio da pesquisa fluminense, também sofre com a crise econômica do Rio de Janeiro. Desde o segundo semestre do ano passado, os atrasos são constantes. E, há três meses, os laboratórios não recebem verba alguma da Faperj. Um edital de 2016 destinou R\$ 12 milhões para o programa.

Professor Associado da Faculdade de Farmácia, Luís Maurício Lima conta que já utilizou o dinheiro recebido do “Cientista do Nosso Estado”, em tempos de fartura, para custear a participação em

seminários nacionais ou internacionais. Hoje, quando a verba chega, a prioridade zero é a aquisição de insumos para o Laboratório de Biotecnologia Farmacêutica (Pbiotech), coordenado pelo docente.

O edital, com três anos de duração, previa um aporte mensal no valor de R\$ 2,8 mil. E seria possível acumular os valores mensais para despesas maiores, como a compra de aparelhos: “No Centro de Ciências da Saúde, muitos laboratórios estão com equipamentos parados por falta de manutenção”, exemplifica. “E se continuar assim até o fim do ano, talvez tenham que apagar as luzes definitivamente”, avalia Luís Maurício.

Apesar do nome “bolsa”, o fomento é uma rubrica livre para gastos, explica o

professor Fernando Lucas Palhano, do Laboratório de Agregação de Proteínas e Amiloidoses (LAPA), do Instituto de Bioquímica Médica, bolsista na modalidade Jovem Cientista do Nosso Estado. “A flexibilidade é a principal vantagem desta bolsa. Porque os imprevistos sempre acontecem. E, graças a ela, o projeto não fica engessado”, afirma.

### “NÃO HÁ PREVISÃO”

De acordo com a assessoria da Faperj, todas as bolsas da Fundação estão atrasadas desde fevereiro, sem exceções, e “não há previsão de regularização”. Mas há um pequeno alívio a caminho: o pagamento de um mês será depositado até sexta.

**CRISE NA  
FAPERJ**

FOLHA MENSAL ATRASADA (BOLSAS)

**R\$ 9 milhões**

BOLSISTAS SEM REPASSE

**5 mil**

PROJETOS PREJUDICADOS NO RIO

**3,5 mil**

Fotos: Alessandro Costa

# Professores condenam violência da PM em manifestação da greve geral

## DIRETORIA DA ADFRJ

No dia 28/04/2017, a greve geral convocada por diversas centrais sindicais do Brasil contou com a adesão de um grande número de sindicatos e associações civis reunindo em torno de 40 milhões de trabalhadores em todo o país. Como parte da programação do dia 28, foi organizado um grande ato pelos sindicatos do Rio de Janeiro, na Cinelândia, marcado para 17h e precedido por atos menores marcados por sindicatos, associações e coletivos civis. Antes mesmo das 17h, enquanto boa parte da população ainda se dirigia à Cinelândia, a polícia começou a agir de forma extremamente violenta em diversos pontos do centro da cidade com o claro intuito de dispersar os vários grupos que se dirigiam ao ato principal. Além disso, invadiram a Cinelândia, atirando bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo em crianças, idosos e até mesmo no palco, quando uma deputada federal entoava ao microfone junto com o povo na praça o Hino Nacional.

A polícia continuou perseguindo a população em diversos bairros adjacentes, atacando inclusive estabelecimentos comerciais e estações de metrô.

A Adufrj repudiou veementemente a atuação inconstitucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e convocou professoras e professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro a comparecer à Cinelândia para novo ato pacífico no dia 1º de maio, contra as reformas e contra a violência policial, lembrando que a manifestação é um direito das cidadãs e cidadãos garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil.



## RETRATOS DA GREVE GERAL

1 Estudante da UFRJ fez "esquentar" para o ato no Largo de São Francisco; 2 Faixas e cartazes contra as reformas previdenciária e trabalhista estavam espalhados por todo o Centro; 3 Balões da Adufrj denunciaram os cortes em C&T; 4 Cinelândia lotada para o ato contra as reformas



Estátua do pacifista Mahatma Gandhi e a violência que se espalhou pelas imediações da Cinelândia

# Sem prazo para terminar

> **Obra do complexo de prédios, ao lado da Faculdade de Letras, depende de repasse do governo federal para avançar. Construção foi iniciada em 2012**

ELISA MONTEIRO

elisamonteiro@adufrrj.org.br

O tempo passa, mas os “esqueletos” de obras persistem na paisagem do Fundão. Um dos exemplos mais gritantes fica ao lado da Faculdade de Letras. A estrutura do Complexo Acadêmico CFCH-CCJE-CLA devia estar pronta em janeiro de 2013. Mas somente no ano passado esta parte foi concluída. Para a conclusão de todo o prédio, não há prazo.

O “paliteiro” hoje à vista de todos que passam pela avenida Horácio Macedo corresponde à expansão das unidades acadêmicas e administrativas que aprovaram a migração do campus da Praia Vermelha: Faculdade de Educação, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, curso de Relações



Valentina Leite

Consuni aprovou R\$ 12 milhões para a construção

Internacionais e a Decania do CCJE.

Segundo o pró-reitor de Gestão e Governança, Ivan Carmo, a previsão orçamentária aprovada no Consuni para a segunda etapa, de acabamento, é de R\$

12 milhões. Só que, na prática, tudo depende da liberação dos recursos de capital (para investimento em obras) ainda não realizada pelo governo federal.

## EDUCAÇÃO É O FOCO

Uma das razões da Faculdade de Educação para aprovar a mudança para o Fundão é a possibilidade de fortalecer a formação de futuros professores. “O Fundão concentra a maior parte dos alunos dos cursos com licenciaturas. O que a gente imagina é que a proximidade traga melhores resultados”, avalia Rosana Heinger, vice-diretora da unidade.

Já para a diretora da FACC, professora Eliane Ribeiro, a situação de espaço da unidade “é muito ruim”. “Os professores não têm salas, nem gabinetes. Preciso reformular a minha secretaria acadêmica e não há espaço”, informa.

## Docentes avaliam *lato sensu* pago

> **STF retira insegurança jurídica da cobrança, diz diretor da Coppead**

VALENTINA LEITE

Estudante da ECO/UFRJ e estagiária

A decisão do Supremo Tribunal Federal, em 26 de abril, que permite às universidades cobrar pela pós-graduação *lato sensu*, ainda repercute no meio universitário. De um lado, a preocupação com o ensino público e gratuito garantido pela lei. Do outro, a necessidade de ampliar o financiamento para além dos repasses da União.

Para o diretor da Coppead, Vicente

Ferreira, cobrar a mensalidade nestes casos é uma prática benéfica. “Na universidade, há sempre uma demanda maior de recursos do que a oferta. É muito positivo conseguir esse tipo de financiamento vindo da sociedade”, diz.

Segundo ele, os cursos serem gratuitos seria um contrassenso. “O que a universidade oferece nunca é para todos, em nenhum nível. Não faz sentido especializar quem não é engenheiro”, exemplifica. Vicente finaliza: “Era preciso retirar a insegurança em relação a isso. Trata-se de um novo cenário”.

Edson Watanabe, diretor da Coppe, também não vê perdas na aprovação. “Para mim, são apenas ganhos para as instituições públicas. A oferta desses cursos envolve custos com infraestrutura (salas, computadores, etc) que necessitam ser financiados”, comenta. “E estou seguro da importância destes programas para a sociedade”.

O Andes divulgou uma avaliação da assessoria jurídica sobre a decisão do STF. O texto destaca as observações do relator da matéria, ministro Edson

Fachin. Ele afirma que o artigo 213 autoriza as universidades a captarem recursos privados para pesquisa e extensão: “Nem todas as atividades potencialmente desempenhadas pelas universidades se referem exclusivamente ao ensino. A função desempenhada por elas é muito mais ampla do que as formas pelas quais obtêm financiamento. Assim, o princípio da gratuidade não as obriga a perceber exclusivamente recursos públicos para atender sua missão institucional”.

Jacob Paiva, 1<sup>a</sup> secretário do Andes-SN, foi mais enfático, mantendo a tradicional posição da entidade contra os cursos pagos: “A decisão foi gravíssima, pois abre um precedente para a cobrança irrestrita desses cursos, ainda que a ministra Carmem Lúcia tenha pontuado que é uma possibilidade, e não uma obrigação, a cobrança”. E completou: “Em nosso entendimento, a gratuidade se expande para todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas”.

\*com informações do Andes